Programa de Transferência de renda e desenvolvimento regional no Brasil: Evidências do Bolsa Família sobre a mobilidade social e Heterogeneidades Territórios.

Thiago Carneiro Moreira

Resumo: Este estudo examina os efeitos de longo prazo sobre a mobilidade social e seus determinantes entre famílias brasileiras de baixa renda. Especificamente, analisamos as primeiras coortes de beneficiários do programa de Transferência Condicionada de Renda (TCR) Bolsa Família (BFP): crianças com idades entre 7 e 16 anos em 2005, acompanhadas ao longo de mais de uma década, até 2019.

Com base em dados administrativos individuais, avaliamos dois indicadores de mobilidade social: (i) a emancipação futura de programas sociais do governo federal e (ii) o ingresso no mercado de trabalho formal.

Os resultados indicam que crianças em situação de vulnerabilidade, beneficiárias do programa, apresentaram melhores condições socioeconômicas na vida adulta. Em 2019, quando tinham entre 21 e 30 anos, 64% já não eram mais beneficiárias de programas sociais federais, e 45% haviam acessado o mercado de trabalho formal ao menos uma vez entre 2015 e 2019.

Também comparamos as características dos empregos formais obtidos por esses indivíduos com aquelas de não beneficiários do BFP no mesmo período. Embora os ex-beneficiários apresentem condições de trabalho relativamente inferiores, sua situação é superior à inserção predominantemente informal observada na geração anterior.

Adicionalmente, investigamos a relação entre características sociodemográficas locais e mobilidade social individual, identificando expressiva heterogeneidade territorial associada a diferenças na infraestrutura de saúde e educação, bem como no dinamismo econômico dos municípios.

Palavras-chave: Bolsa Família, mobilidade social, transferência condicionada de renda, mercado de trabalho.

Abstract: This study examines the long-term effects on social mobility and its determinants among low-income Brazilian families. Specifically, we analyze the first cohorts of beneficiaries of the Bolsa Família Program (BFP), a Conditional Cash Transfer (CCT) program: children aged 7 to 16 in 2005, followed for over a decade until 2019.

Based on individual administrative data, we assess two indicators of social mobility: (i) future emancipation from federal government social programs and (ii) entry into the formal labor market. The results indicate that vulnerable children who were beneficiaries of the program showed better socioeconomic conditions in adulthood.

In 2019, when they were between 21 and 30 years old, 64% were no longer beneficiaries of federal social programs, and 45% had accessed the formal labor market at least once between 2015 and 2019. We also compared the characteristics of the formal jobs obtained by these individuals with those of non-beneficiaries of the BFP during the same period.

Although former beneficiaries have relatively inferior working conditions, their situation is superior to the predominantly informal insertion observed in the previous generation. Additionally, we investigated the relationship between local sociodemographic characteristics and individual social mobility, identifying significant territorial heterogeneity associated with differences in health and education infrastructure, as well as in the economic dynamism of the municipalities.

Keywords: Bolsa Família, social mobility, conditional cash transfer, labor market.

Introdução

Em 2019, cerca de 13 milhões de famílias brasileiras eram atendidas pelo Programa Bolsa Família (BFP), um dos maiores e mais reconhecidos programas de transferência de renda do mundo. O programa destaca-se por alcançar a população mais vulnerável, contribuindo para a redução da pobreza a custos relativamente baixos. Além disso, assim como outros programas de Transferência Condicionada de Renda (TCR), suas condicionalidades têm promovido avanços na formação de capital humano de crianças em situação de vulnerabilidade.

Após quase duas décadas de sua implementação, tornou-se possível observar os efeitos de longo prazo associados ao BFP. Neste estudo, investigamos especialmente a capacidade de ex-beneficiários de romperem o ciclo intergeracional da pobreza, emancipando-se de programas sociais e alcançando melhores posições no mercado de trabalho formal.

Para isso, acompanhamos uma coorte de beneficiários que tinham entre 7 e 16 anos em dezembro de 2005, monitorando sua trajetória até 2019. A análise concentra-se em dois indicadores principais de mobilidade social: (i) a saída de programas sociais federais na vida adulta e (ii) o acesso ao emprego formal.

Utilizamos uma combinação inédita de bases administrativas individuais, incluindo o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), as folhas de pagamento do Bolsa Família, o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), além de dados socioeconômicos e demográficos municipais.

Os resultados mostram que, em 2019, quando tinham entre 21 e 30 anos, 64% dos ex-beneficiários não dependiam mais de programas sociais federais. Ademais, 45% ingressaram no mercado de trabalho formal ao menos uma vez entre 2015 e 2019. Esses indicadores apontam para avanços em seu status socioeconômico. Embora enfrentem condições de emprego inferiores às dos não beneficiários, sua situação representa melhora substancial em comparação à infância.

Na sequência, exploramos possíveis mecanismos associados às características municipais. Estimamos a correlação entre variáveis locais como infraestrutura de saúde e educação e nível de atividade econômica e a probabilidade individual de mobilidade social.

Os resultados evidenciam significativa heterogeneidade territorial, sugerindo que melhores estruturas institucionais e maior dinamismo econômico estão associados a maiores níveis de mobilidade social.

Este estudo contribui para a literatura sobre determinantes da mobilidade social em países em desenvolvimento ao demonstrar que fatores individuais como raça, gênero e local de residência — estão fortemente associados às oportunidades de ascensão social. Nossos achados reforçam evidências de que programas de transferência condicionada de renda reduzem pobreza e desigualdade, ao mesmo tempo em que promovem melhorias em educação, saúde, emprego e empoderamento, sem evidências consistentes de efeitos adversos como desincentivos ao trabalho ou aumento da fertilidade.

Estudos recentes apontam efeitos positivos de longo prazo sobre escolaridade e participação no mercado formal, embora com heterogeneidade relevante conforme características individuais. Nosso diferencial está em enfatizar as desigualdades territoriais e individuais na mobilidade social, por meio da integração de múltiplas bases de dados administrativas. Ademais, estabelecemos uma relação empírica entre emancipação de programas sociais e inserção no emprego formal entre famílias de baixa renda contribuição ainda pouco explorada na literatura.

O artigo está organizado da seguinte maneira: a Seção 2 apresenta as métricas de mobilidade social adotadas; a Seção 3 descreve o contexto e a amostra analisada; a Seção 4 detalha as bases de dados utilizadas; a Seção 5 discute a seleção e representatividade da amostra; a Seção 6 apresenta os resultados referentes aos indicadores de mobilidade entre 2005 e 2019; a Seção 7 analisa as características do emprego formal; a Seção 8 examina os determinantes municipais da mobilidade social; e a Seção 9 apresenta as conclusões.

1. Mensuração da Mobilidade Social

A mobilidade social pode ser entendida como o deslocamento, ao longo do tempo, de indivíduos, famílias ou outros grupos sociais entre diferentes posições no sistema de estratificação de uma sociedade, variando conforme os níveis de vantagem ou desvantagem. Sua mensuração, portanto, exige a observação longitudinal de unidades sociais, considerando múltiplas dimensões e contextos espaciais.

Grande parte da literatura concentra-se na mobilidade de renda como dimensão central, investigando também em que medida políticas públicas influenciam a igualdade de oportunidades. Embora esse tema seja fundamental para o desenho de políticas sociais, ainda não há consenso sobre quais mecanismos são mais eficazes para promovê-la.

Neste estudo, buscamos avaliar se programas de Transferência Condicionada de Renda (TCR) produzem efeitos relevantes nas trajetórias de vida de seus beneficiários. Assim como em estudos anteriores, adotamos uma abordagem longitudinal, acompanhando indivíduos ao longo do ciclo de vida.

Nossa estratégia analítica baseia-se na relação entre elegibilidade a programas sociais e inserção no mercado de trabalho formal. Para isso, definimos dois indicadores principais de mobilidade social:

Emancipação dos programas sociais federais;

Acesso a empregos formais na idade adulta.

Especificamente, analisamos se crianças beneficiárias do Bolsa Família, com idades entre 7 e 16 anos em 2005, ainda estavam registradas no Cadastro Único (CadÚnico) em 2019 ou se haviam ingressado no mercado formal de trabalho conforme registros da RAIS entre 2015 e 2019, quando tinham entre 17 e 30 anos.

2.1 Emancipação de Programas Sociais como Indicador de Mobilidade

O primeiro indicador parte da premissa de que a saída dos programas sociais ao longo do tempo reflete melhoria nas condições econômicas. Assim, comparamos a situação dos indivíduos enquanto beneficiários na infância com sua condição na vida adulta, inferindo que a ausência de registro em programas sociais pode indicar ascensão social em termos de renda.

Considerando que os beneficiários infantis pertenciam a famílias classificadas como pobres ou extremamente pobres segundo os critérios do programa, supõe-se que sua não permanência nos registros federais na idade adulta decorra de melhoria socioeconômica.

Contudo, é necessário reconhecer limitações dessa medida. A ausência no cadastro pode decorrer de: não atualização das informações cadastrais dentro do prazo exigido; falecimento do indivíduo no período analisado.

Entre os não registrados, distinguem-se ainda dois grupos: Aqueles que superaram estruturalmente a condição de pobreza, com baixa probabilidade de retorno; Aqueles que estão temporariamente acima da linha de pobreza, podendo voltar à elegibilidade diante de mudanças adversas.

O primeiro grupo representa, conceitualmente, os indivíduos emancipados e que experimentaram mobilidade social ascendente. Entretanto, com os dados disponíveis, só é possível observar a saída do cadastro, não sendo possível identificar com precisão a natureza dessa transição.

2.2 Acesso ao Mercado Formal como Indicador de Mobilidade

O segundo indicador avalia a mobilidade social a partir da inserção no mercado formal de trabalho. Considerando que a maioria das famílias beneficiárias do Bolsa Família apresentava vínculos precários ou informais, pressupõe-se que o ingresso no setor formal na vida adulta represente melhoria estrutural nas condições de renda e trabalho.

Reconhecendo que esse indicador pode ser influenciado pelo ciclo econômico, utilizamos informações relativas a um período de cinco anos (2015–2019), bem como o tempo de permanência no emprego formal, permitindo distinguir mudanças conjunturais de transformações mais duradouras.

Classificamos os indivíduos em quatro grupos: Nunca trabalharam formalmente; Trabalharam ao menos uma vez no período; Permaneceram até dois anos no setor formal; Permaneceram três anos ou mais.

Pressupõe-se que maior tempo de permanência esteja associado a vínculos mais estáveis e, portanto, a uma melhoria estrutural nas condições socioeconômicas.

3. População-Alvo

A mobilidade social é um fenômeno de longo prazo que requer dados longitudinais detalhados. Este estudo realiza tal análise ao comparar as condições socioeconômicas de indivíduos na infância e na vida adulta.

A amostra concentra-se nas primeiras coortes de crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família, especificamente aquelas registradas em 2005 período inicial de implementação

do programa. Consideramos crianças com idades entre 7 e 16 anos em dezembro daquele ano, totalizando mais de 11 milhões de indivíduos acompanhados até 2019.

3.1 O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família foi instituído em outubro de 2003 com o objetivo de combater a pobreza por meio da transferência condicionada de renda a famílias pobres e extremamente pobres. O programa unificou iniciativas federais preexistentes e consolidou o Cadastro Único como instrumento central de identificação das famílias de baixa renda.

Sua gestão é descentralizada e compartilhada entre União, estados e municípios. Os municípios realizam o cadastramento das famílias; os estados supervisionam o processo; e o governo federal administra o sistema e efetua o pagamento dos benefícios.

Os valores são transferidos mensalmente à responsável familiar preferencialmente a mãe por meio de cartão de pagamento. Os benefícios podem ser: **Básicos (fixos)**, destinados a famílias em extrema pobreza; **Variáveis**, conforme número de filhos, presença de adolescentes, gestantes ou lactantes, e renda per capita familiar.

Em 2005, eram consideradas pobres as famílias com renda mensal per capita de até 100 reais, e extremamente pobres aquelas com renda de até 50 reais. Ao longo dos anos, os valores e limites de elegibilidade foram atualizados, e novos benefícios foram incorporados, como aqueles destinados a adolescentes e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza.

Em 2019, os critérios estabeleciam como pobres os domicílios com renda mensal per capita de até 178 reais e extremamente pobres aqueles com renda de até 89 reais. Apesar das ampliações e ajustes nos valores, os critérios estruturais de elegibilidade permaneceram essencialmente os mesmos, sugerindo estabilidade no perfil das famílias atendidas ao longo do tempo.

3.2 Caracterização da População-Alvo

O grupo analisado é composto por 11.628.308 jovens dependentes do Bolsa Família registrados em dezembro de 2005, representando 73% dos aproximadamente 16 milhões de dependentes do programa naquele ano. Esses indivíduos foram acompanhados até 2019.

O perfil predominante dos beneficiários infantis era: 70% tinham entre 10 e 16 anos; 46% residiam na região Nordeste; 50% se autodeclaravam negros; 42% eram do sexo masculino.

Também foram analisadas características da responsável familiar majoritariamente mães. Observa-se baixo nível educacional: apenas 6% haviam concluído o ensino médio, enquanto 55% possuíam apenas os anos iniciais do ensino fundamental ou menos.

Esses dados evidenciam que a população estudada estava inserida em contextos de elevada vulnerabilidade socioeconômica, reforçando a relevância da análise da mobilidade social ao longo do ciclo de vida.

Tabela 1. Estatísticas resumidas – População-alvo e população brasileira na mesma faixa etária (PNADc).

Característica	N em CadÚnico	%	% da população brasileira (PNADc)
por idade em 2005			
10 a 16 anos de idade	8.093.604	70%	70%
7 a 9 anos de idade	3.534.696	30%	30%
por gênero			
Homens	4.894.101	42%	50%
Mulheres	4.741.472	41%	50%
Não disponível	1.992.727	17%	–
por cor, raça ou grupo étnico			
Preto	5.842.234	50%	59%
Branco	2.570.140	22%	40%
Amarelo	29.093	0%	0,5%
Indígena	36.006	0%	0,3%
Não informado	71.940	0%	0,2%
Não disponível	3.078.887	27%	–

por residência – regiões brasileiras

Nordeste	5.291.361	46%	–
Sudeste	3.291.855	28%	–
Sul	1.368.319	12%	–
Norte	1.087.158	9%	–
Meio-Oeste	589.607	5%	–

por nível de escolaridade do chefe de família

Ensino fundamental incompleto ou menos	3.688.172	32%	–
Ensino Fundamental completo	2.688.825	23%	–
Ensino Médio completo	710.413	6%	–
Ensino Médio concluído	636.510	6%	–
Ensino superior completo ou mais	25.927	0%	–
Não informado	23.057	0%	–
Não disponível	3.855.396	33%	–

Fonte: Elaboração própria com dados do *Cadastro* Único de Programas Sociais do Governo Federal e da *Folha* de Pagamento do Programa Bolsa Família do Ministério da Cidadania/Ministério do Desenvolvimento Social, e da PNADc (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE. A população-alvo consiste em jovens beneficiários do BFP, com idades entre sete e dezesseis anos em 2005. Informações sobre cor ou raça; gênero; e escolaridade do chefe de família estavam disponíveis apenas a partir de 2012, 2006 e 2012, respectivamente. Buscamos essas informações individualmente, mas não encontramos dados de 27% da população referentes à cor ou raça, 17% ao gênero e 33% à escolaridade. As últimas informações podem estar superestimadas, caso os chefes de família tenham adquirido mais anos de escolaridade entre 2005 e 2012. O grupo de comparação do PNADc é definido pela proporção média de características de indivíduos com idade correspondente entre 2015 e 2019. Para cada ano, consideramos como grupo de comparação as características daqueles com idade similar. Por exemplo, pessoas de 17 a 26 anos em 2015; de 18 a 27 anos em 2018; e assim por diante, até 2019. Não é possível comparar a região de residência, pois ela pode ter mudado ao longo do tempo.

O grupo de comparação composto por brasileiros de idade equivalente, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), apresenta distribuição etária e de gênero semelhante à observada na população-alvo registrada no CadÚnico. Contudo, destacam-se duas diferenças estruturais associadas ao perfil dos domicílios em situação de vulnerabilidade no Brasil: a maior proporção de pessoas negras e de residentes da região Nordeste no CadÚnico em relação à média da população brasileira.

Enquanto aproximadamente 70% dos indivíduos com informação disponível no CadÚnico se autodeclaram negros, essa proporção é de cerca de 60% no grupo de comparação da população total. De modo semelhante, observa-se forte concentração regional: no CadÚnico, o número de nordestinos é quase o dobro do de residentes do Sudeste. Essas disparidades refletem fatores históricos e estruturais que moldaram as desigualdades territoriais e raciais no país.

4. Dados

Para acompanhar as trajetórias socioeconômicas individuais ao longo do tempo, combinamos bases administrativas restritas com dados públicos provenientes de diferentes fontes governamentais. Além disso, incorporamos informações agregadas em nível municipal, a fim de estimar os determinantes locais associados aos dois indicadores de mobilidade social analisados.

As seis principais fontes utilizadas foram:

1. Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico);
2. Folhas de pagamento do Programa Bolsa Família;
3. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);
4. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil;
5. Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM);
6. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc).

A integração dessas bases permitiu construir um painel longitudinal detalhado, conectando informações individuais, familiares e territoriais ao longo de mais de uma década.

5. Seleção e Representatividade da Amostra

Foram adotados diversos procedimentos metodológicos para assegurar que o conjunto de indivíduos acompanhados ao longo do período analisado fosse representativo da população situada na base da pirâmide social brasileira. Esta seção descreve os critérios de seleção aplicados às bases do CadÚnico e às folhas de pagamento do Bolsa Família, bem como discute a representatividade da amostra em relação ao conjunto da população brasileira.

5.1 Seleção da Amostra do Bolsa Família

Inicialmente, restringimos as observações do CadÚnico aos registros com status ―ativo‖ e devidamente cadastrados. A Tabela 2 apresenta o total de domicílios e indivíduos nessa condição. Observa-se que o número de domicílios registrados aumentou de aproximadamente 25 milhões em 2012 para cerca de 29 milhões em 2019. Em contraste, o total de indivíduos registrados diminuiu no mesmo período, passando de cerca de 81 milhões para 76 milhões.

No que se refere à participação no Programa Bolsa Família, aproximadamente 55% dos domicílios com cadastro ativo e atualizado no CadÚnico eram beneficiários do programa em 2012. Em 2019, essa proporção foi estimada em cerca de 46% para o mesmo grupo.

Esses números indicam mudanças na composição dos registros administrativos ao longo do tempo, refletindo tanto ajustes operacionais quanto possíveis transformações nas condições socioeconômicas da população cadastrada.

Tabela 2. Número de domicílios e indivíduos com registros ativos e atualizados no CadÚnico e número de beneficiários do Programa Bolsa Família.

Número de (em milhões)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Famílias em CadÚnico	25.1	27.2	29.2	27,3	26,5	26,9	26,9	28,9
Beneficiários do Bolsa Família	13.7	13.9	14.0	14.0	13.6	14.0	13.8	13.2
Indivíduos em CadÚnico	81,3	84,3	88,2	80,8	77,8	76,5	73,6	76,4

Fonte: Elaboração própria com dados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família, Ministério da Cidadania/Desenvolvimento Social.

Outra caracterização relevante é a evolução do BFP ao longo dos anos. A Figura 1 apresenta o número de indivíduos cadastrados como beneficiários ou dependentes e o montante total desembolsado pelo governo federal por meio do BFP de 2004 a 2019. Observe que o BFP expandiu-se ao longo dos anos tanto em número de beneficiários quanto em termos do montante total gasto pelo orçamento federal em moeda constante. A maior taxa de crescimento de dependentes beneficiários, quando comparada à de beneficiários, até 2012, está relacionada a mudanças nas regras do PBF ao longo dos anos, que permitiram que mais categorias recebessem o benefício.

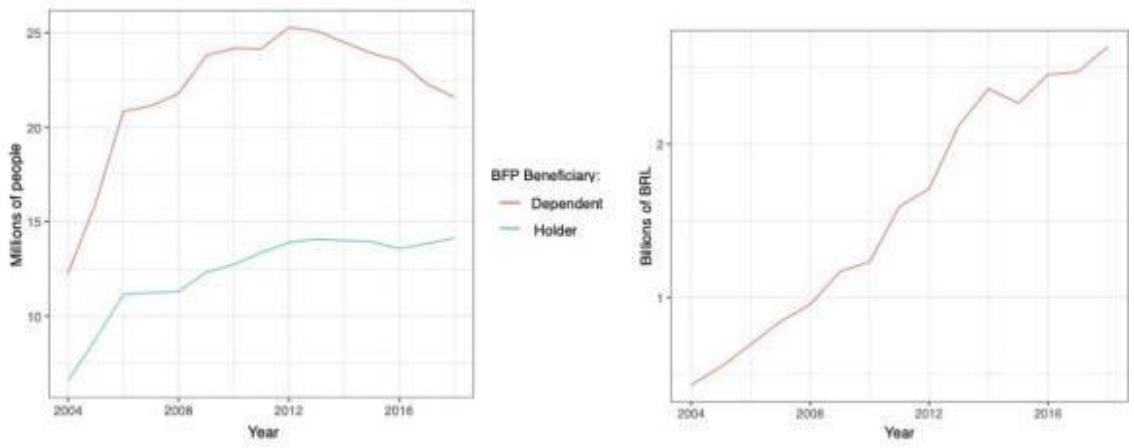

Figura 1. Número de beneficiários e valor total dos benefícios do BFP ao longo dos anos. Fonte *:* Elaboração própria com dados do *Cadastro* Único de Programas Sociais Federais e da Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família, Ministério da Cidadania/Desenvolvimento Social.

5.2 Representatividade da Amostra

Embora o Cadastro Único e as folhas de pagamento do Bolsa Família abranjam parcela expressiva das famílias brasileiras de baixa renda, é fundamental avaliar o grau de representatividade da amostra em relação à população situada na base da pirâmide social. Para isso, estimamos a taxa de cobertura do Programa Bolsa Família (BFP) ao longo do tempo, entendida como a proporção da população elegível efetivamente contemplada pelo programa abordagem amplamente utilizada na literatura.

O principal desafio consiste em estimar o número total de domicílios brasileiros de baixa renda e identificar quais deles são beneficiários de programas sociais. Como referência, utilizamos o estudo de Souza (2019), que emprega dados da PNADc para estimar a distribuição dos domicílios por faixas de renda e identificar os beneficiários de programas

sociais. Os autores estimam uma taxa de cobertura do BFP de 46% em 2005, alcançando aproximadamente 60% entre 2012 e 2017.

Entretanto, esses valores devem ser interpretados com cautela. Os próprios autores destacam a existência de subnotificação significativa de beneficiários do BFP em pesquisas domiciliares baseadas em autodeclaração, com estimativas entre 30% e 35% inferiores aos registros administrativos. Isso implica que a taxa real de cobertura do programa é provavelmente superior àquela estimada quando se utiliza exclusivamente a PNADc, especialmente quando comparada aos dados administrativos do Cadastro Único e das folhas de pagamento do BFP.

Ainda assim, as pesquisas domiciliares oferecem uma perspectiva abrangente da população brasileira, particularmente no que se refere às informações sobre o mercado de trabalho. Dessa forma, utilizamos como grupo de comparação para as crianças beneficiárias do BFP (7 a 16 anos em 2005) indivíduos de idades equivalentes observados entre 2015 e 2019. Por exemplo, comparamos esses indivíduos com jovens de 17 a 26 anos em 2015, de 18 a 27 anos em 2016, e assim sucessivamente até 2019.

Os resultados indicam que a maior parte da população brasileira de baixa renda foi, de fato, contemplada pelo BFP ao longo dos anos, estando ainda mais amplamente registrada no Cadastro Único. Assim, os indicadores de mobilidade social estimados neste estudo apresentam elevado grau de representatividade para a população brasileira em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

6. Indicadores de Mobilidade Social entre 2005 e 2019

Esta seção analisa a mobilidade social experimentada pelos dependentes do Bolsa Família mais de uma década após o início do recebimento do benefício. Os dois indicadores de mobilidade social são avaliados no período de 2015 a 2019, quando os indivíduos acompanhados tinham entre 21 e 30 anos.

Os dados mostram que 64% desses indivíduos não estavam mais registrados no Cadastro Único em 2019, indicando emancipação de programas sociais federais. Além disso, 45% acessaram o mercado de trabalho formal ao menos uma vez entre 2015 e 2019.

Esses resultados sugerem a ocorrência de mobilidade social entre beneficiários do BFP situados na base da distribuição de renda brasileira. Ademais, o estudo contribui para a literatura sobre os efeitos de longo prazo de programas de transferência condicionada de renda ao estabelecer uma conexão empírica entre emancipação de programas sociais e inserção futura no mercado formal de trabalho.

6.1 Emancipação dos Programas Sociais

Conforme discutido anteriormente, há diferentes razões pelas quais um indivíduo pode não ser identificado nos registros do Cadastro Único ao longo do tempo. A hipótese central adotada neste estudo é que indivíduos beneficiários do BFP na infância que deixam de constar nos registros na idade adulta tenham alcançado emancipação em relação aos programas sociais.

A Tabela 3 apresenta a situação cadastral, em 2019, dos beneficiários dependentes do BFP que tinham entre 7 e 16 anos em 2005. Observa-se que aproximadamente 7,45 milhões de indivíduos correspondentes a 64% da amostra não foram encontrados no Cadastro Único em 2019, indicando que não eram mais beneficiários de programas sociais federais voltados à população de baixa renda.

Entre os cerca de 4 milhões que permaneceram registrados, 2,4 milhões (20% do total) continuavam recebendo o Bolsa Família. Outros 1,6 milhão (14%) permaneciam cadastrados, mas não constavam na folha de pagamento do programa, sugerindo que, embora não atendessem mais aos critérios específicos do BFP, ainda eram elegíveis a outros programas sociais federais. Esses resultados reforçam a evidência de que parcela significativa dos beneficiários infantis experimentou melhoria socioeconômica ao longo do período analisado.

Tabela 3. Situação de registo *no Cad* Único em 2019 dos beneficiários dependentes do BFP com idades compreendidas entre os 7 e os 16 anos em 2005 .

Status do registro	N	Distribuição (%)
Total	11.628.300	100%
Ainda beneficiários do BFP	2.372.528	20%
Registrados, mas não beneficiários do BFP	1.628.291	14%
Não encontrado no *Cad* Único :	7.627.481	66%
Falecido (estimativa)	176.376	2%
Não registrado no *Cad* Único (Taxa *de* Saída)	7.451.105	64%

Fonte : Elaboração própria com dados do *Cadastro* Único para Programas Sociais Federais e Folhas de Pagamento do Programa Bolsa Família, Ministério da Cidadania/Desenvolvimento Social. Nota: O grupo "Não encontrado no *Cad* Único " está subdividido entre indivíduos falecidos e aqueles que saíram do cadastro por outros motivos, como falta de atualização ou descumprimento *de* requisitos do programa. As estimativas de mortalidade baseiam-se em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade e da população do PNADc/IBGE.

Começamos por analisar como as características individuais dos beneficiários estão associadas às diferenças nas taxas de saída observadas do *Cad* Único e da folha de pagamento do BFP. A Tabela 4 *mostra maior mobilidade, ou seja* , maiores taxas de saída, para indivíduos do sexo masculino, brancos e mais velhos dentro da coorte analisada; aqueles cujos chefes de família tinham níveis educacionais mais elevados; e aqueles residentes nas regiões Centro-Sul do Brasil.

Tabela 4. Situação de registo *no Cad* Único em 2019 dos beneficiários dependentes com idades *entre* os 7 e os 16 anos em 2005, por características.

Característica	BFP (N)	% de 2005	CadÚnico, mas não-BFP (N)	% de 2005	Fora de CadÚnico (N)	% de 2005
			por idade em 2005			
07 a 09 anos	845.850	24%	579.848	16%	2.067.246	59%
10 a 16 anos	1.526.678	19%	1.048.443	13%	5.383.860	67%
Total	2.372.528	20%	1.628.291	14%	7.451.105	64%
			por gênero			
Macho	742.198	15%	661.897	14%	3.376.119	69%
Fêmea	1.342.923	28%	753.562	16%	2.616.416	55%
Total	2.085.121	22%	1.415.459	15%	5.992.535	62%
			por raça/etnia			
Amarelo	8.274	28%	4.795	17%	14.872	51%
Indígena	13.892	39%	4.521	13%	16.461	46%
Branco	427.221	17%	424.492	17%	1.669.931	65%
Preto	1.609.327	28%	969.756	17%	3.183.893	55%
Total	2.058.714	24%	1.403.564	17%	4.885.156	58%
			por região no Brasil			
Meio-Oeste	64.980	11%	87.083	15%	425.630	72%
Sul	138.089	10%	193.618	14%	1.009.766	74%
Norte	273.165	25%	138.836	13%	660.532	61%
Sudeste	445.533	14%	484.971	15%	2.308.451	70%
Nordeste	1.450.761	27%	723.783	14%	3.046.727	58%
Total	2.372.528	20%	1.628.291	14%	7.451.105	64%

Observam-se diferenças relevantes na taxa de emancipação do Cadastro Único segundo características individuais. Entre os homens, 69% deixaram o cadastro até 2019, enquanto entre as mulheres essa proporção foi de 55%, indicando uma diferença significativa de gênero na probabilidade de saída.

Também há variações conforme a idade inicial. Entre os beneficiários que tinham entre 10 e 16 anos em 2005, 67% não estavam mais cadastrados em 2019 proporção 11 pontos percentuais superior à observada entre aqueles que tinham entre 7 e 9 anos no início do período.

Desigualdades raciais também se destacam: a taxa de saída foi de 65% entre indivíduos brancos, 54% entre negros, 51% entre amarelos e 46% entre indígenas. Esses resultados evidenciam persistentes disparidades raciais na mobilidade social.

O nível educacional do responsável familiar também está associado ao indicador de emancipação. Aproximadamente 62% dos beneficiários cujos chefes de família haviam concluído o ensino fundamental ou possuíam nível superior não constavam mais no cadastro em 2019. Essa proporção reduz-se para 56% entre aqueles cujos responsáveis não haviam concluído o ensino fundamental, sugerindo que maior capital educacional familiar está correlacionado a melhores trajetórias socioeconômicas.

Diferenças regionais igualmente se destacam. Nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (centro-sul do país), a taxa de saída superou 70%, situando-se entre 9 e 12 pontos percentuais acima das taxas observadas nas regiões Norte e Nordeste. Nessas últimas, a proporção de indivíduos que ainda permaneciam como beneficiários do Bolsa Família em 2019 foi mais que o dobro da registrada nas regiões centro-sul, refletindo desigualdades estruturais no desenvolvimento regional brasileiro.

6.2 Emancipação dos Programas Sociais no Território

À semelhança do que se observa em outros países, os resultados indicam expressiva heterogeneidade territorial no indicador de saída do Cadastro Único. A Tabela 4 evidencia variações substanciais nas taxas de emancipação entre diferentes áreas do país.

A Figura 2 apresenta dois mapas com as taxas de saída do CadÚnico interpretadas como indicador de emancipação de programas sociais desagregadas por Unidades Federativas e por municípios.

Além das diferenças entre grandes regiões, observa-se significativa variação entre municípios pertencentes a uma mesma Unidade Federativa. As disparidades tornam-se ainda mais pronunciadas quando se comparam municípios localizados em estados e regiões distintas, reforçando a importância dos fatores territoriais na determinação das oportunidades de mobilidade social.

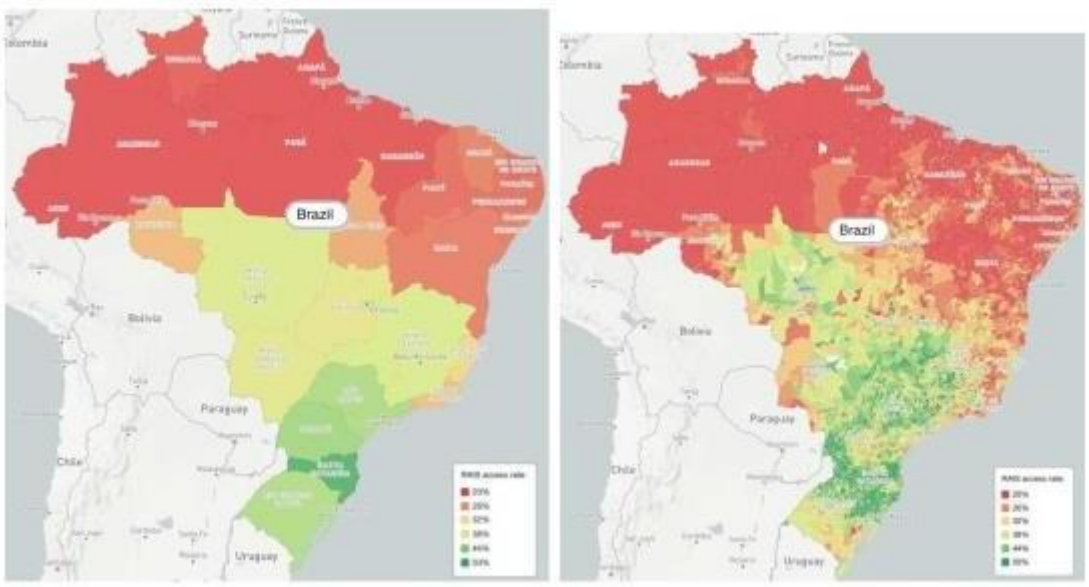

Figura 3. Acesso ao mercado de trabalho formal (RAIS) por três ou mais anos entre 2015 e 2019, de acordo com o local de residência em 2019. Fonte: Elaboração própria com dados da Lista Anual de Informações Sociais (RAIS), do *Cad* Único de Programas Sociais do Governo Federal e das Folhas de Pagamento do Programa Bolsa Família, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério da Cidadania/Desenvolvimento Social, respectivamente. Nota: A legenda apresenta intervalos de valores. Por exemplo, áreas preenchidas com vermelho mais escuro representam percentuais entre 0% e 20%, laranja entre 20,1% e 26%, e assim por diante.

7. Determinantes da Mobilidade Social nos Municípios Brasileiros

As análises anteriores evidenciaram elevado grau de heterogeneidade territorial na mobilidade social ao longo do Brasil. Nesta seção, aprofundamos essa investigação ao estimar a associação entre características municipais e os níveis de mobilidade social observados entre os indivíduos.

7.1 Metodologia

Nosso objetivo é estimar a probabilidade de mobilidade social no período de 2015 a 2019, utilizando os mesmos dois indicadores definidos anteriormente: (i) emancipação de programas sociais federais e (ii) acesso ao mercado de trabalho formal.

A variável dependente corresponde à fração de beneficiários dependentes do Bolsa Família em 2005, residentes em determinado município, que apresentaram mobilidade social segundo cada indicador. Trata-se, portanto, de uma medida agregada em nível municipal.

As variáveis explicativas consistem em um conjunto de características demográficas e socioeconômicas dos municípios, mensuradas em 2005 ano da coorte analisada ou, alternativamente, em 2000, com base nos dados do Censo Demográfico. A utilização de informações anteriores à consolidação do programa visa mitigar potenciais problemas de endogeneidade associados a mudanças contemporâneas à implementação do Bolsa Família.

As variáveis explicativas são organizadas em cinco grupos: Demografia, Economia, Educação de adultos, Educação de jovens, Saúde.

Como a variável dependente assume valores fracionários no intervalo [0,1], empregamos um modelo logit fracionário (fraclogit), conforme proposto por Papke e Wooldridge (1996). A estimação é realizada por quase-verossimilhança, adotando uma forma reduzida do modelo econométrico.

A variável dependente é especificada de duas maneiras:

1. Proporção de beneficiários dependentes do BFP em 2005 que não constavam no Cadastro Único em 2019;
2. Proporção de beneficiários dependentes do BFP em 2005 que apareceram na RAIS ao menos uma vez entre 2015 e 2019.

Todas as variáveis explicativas são padronizadas, permitindo a comparação da magnitude relativa dos coeficientes estimados. Nesse contexto, os parâmetros estimados refletem a importância relativa de cada fator municipal, mantendo-se constantes os demais determinantes. A estratégia empírica baseia-se em duas abordagens complementares:

1. **Modelo completo:** inclusão simultânea de todas as variáveis dos cinco grupos em um modelo logit fracionário, com apresentação dos efeitos marginais médios de fatores selecionados.

2. **Modelo por índices sintéticos:** construção de um índice representativo para cada grupo de variáveis por meio de Análise de Componentes Principais (ACP). As pontuações da ACP são então utilizadas como variáveis explicativas em um novo modelo logit fracionário.

Adicionalmente, este último modelo é estimado ao longo de diferentes quantis da distribuição da variável dependente, permitindo avaliar possíveis heterogeneidades na associação entre características municipais e mobilidade social.

Os coeficientes reportados correspondem aos efeitos marginais médios, obtidos por derivadas analíticas da função de resposta em relação às variáveis explicativas. A interpretação é direta: indicam a variação percentual na proporção de indivíduos que experimentaram mobilidade social associada a um aumento de um ponto percentual na variável explicativa padronizada.

7.2 Resultados

Inicialmente, apresentamos os resultados do modelo completo, no qual todas as características municipais são incluídas simultaneamente como determinantes dos indicadores de mobilidade social. A Figura 8 reporta os efeitos marginais médios de fatores selecionados em cada grupo de características municipais sobre a proporção de ex-beneficiários do Bolsa Família que experimentaram mobilidade social seja por meio da emancipação de programas sociais, seja pelo ingresso no mercado formal de trabalho. Os resultados reforçam a importância dos fatores territoriais na explicação das trajetórias individuais, indicando que condições estruturais locais exercem influência significativa sobre as oportunidades de ascensão social.

9. Conclusão

Este estudo examinou os efeitos de longo prazo associados à mobilidade social de beneficiários do Programa Bolsa Família (BFP), acompanhando sua trajetória da infância à vida adulta. Os resultados indicam que 64% dos indivíduos que tinham entre 7 e 16 anos em 2005 não estavam mais vinculados a programas sociais federais em 2019. Além disso, 45% acessaram o mercado de trabalho formal ao menos uma vez entre 2015 e 2019. Esses achados apontam para melhorias relevantes nas condições socioeconômicas ao longo do ciclo de vida dessa população.

Também analisamos as características dos empregos formais obtidos por esses indivíduos, comparando-os à média observada entre não beneficiários no mesmo período. Embora os ex-beneficiários estejam inseridos, em geral, em ocupações de menor qualidade e remuneração relativa, sua maior participação no setor formal representa avanço significativo frente às condições de vulnerabilidade vivenciadas na infância.

A evidência de associação entre inserção no mercado formal e emancipação de programas sociais constitui uma contribuição importante para a literatura. Os resultados reforçam que beneficiários de programas de transferência condicionada de renda participam ativamente do mercado de trabalho e que, ao longo do tempo, há redução da dependência de transferências monetárias. O aumento da formalização tende, ainda, a ampliar a base contributiva e a fortalecer o equilíbrio fiscal no longo prazo.

Os achados revelam heterogeneidades marcantes segundo características individuais e regionais. Homens, indivíduos mais velhos e brancos apresentaram maiores níveis de mobilidade social. Embora tais padrões já sejam discutidos na literatura sobre mercado de trabalho, este estudo demonstra que essas desigualdades também se manifestam nas trajetórias de beneficiários de programas de transferência condicionada de renda ao longo da vida.

As disparidades regionais reforçam a necessidade de políticas públicas intersetoriais para o enfrentamento estrutural da pobreza. A capacidade dos programas de transferência condicionada de renda de promover mobilidade social mostrou-se fortemente associada a fatores locais, especialmente infraestrutura de educação e saúde e dinamismo econômico. Regiões mais desenvolvidas do Sul e Sudeste apresentaram níveis de mobilidade substancialmente superiores aos observados no Norte e Nordeste, evidenciando que oportunidades econômicas e acumulação de capital humano desde a infância desempenham papel central na redução das desigualdades.

Por fim, os resultados devem ser interpretados à luz do potencial dos programas de transferência condicionada de renda para melhorar a situação socioeconômica de populações altamente vulneráveis. Ainda que tais programas sejam eficazes no combate à pobreza monetária, seu papel no enfrentamento de desigualdades estruturais como segmentação do mercado de trabalho e disparidades regionais depende da articulação com outras políticas públicas. Observamos que a integração com sistemas de proteção social e com políticas ativas de emprego pode ampliar seus efeitos sobre a mobilidade social.

A forte correlação identificada entre emancipação de programas sociais e participação no mercado formal sugere agenda promissora para pesquisas futuras, especialmente no que diz respeito à integração entre transferências condicionadas de renda e políticas de inserção produtiva, inclusive por meio de novas condicionalidades ou incentivos vinculados ao mercado de trabalho.

Referências

ANDREWS, C.; DE MONTESQUIOU, A.; AREVALO SANCHEZ, I.; DUTTA, P. V.; PAUL, B. V.; SAMARANAYAKE, S.; HEISEY, J.; CLAY, T.; CHAUDHARY, S. *The State of Economic Inclusion Report 2021: The Potential to Scale*. Washington, DC: World Bank, 2021.

ARAUJO, M. C.; MACOURS, K. Educação, renda e mobilidade: impactos experimentais da exposição infantil ao Progresa após 20 anos. *PSE Working Papers*, halshs-03364972, Paris School of Economics, 2021.

ARORA, D.; BRAUNSTEIN, E.; SEGUINO, S. A macroanalysis of gender segregation and job quality in Latin America. *World Development*, v. 164, p. 106153, 2023.

BANERJEE, A. V.; HANNA, R.; KREINDLER, G. E.; OLKEN, B. A. Debunking the stereotype of the lazy welfare recipient: Evidence from cash transfer programs. *World Bank Research Observer*, v. 32, n. 2, p. 155–184, 2017.

BASTAGLI, F.; HAGEN-ZANKER, J.; HARMAN, L.; BARCA, V.; STURGE, G.; SCHMIDT, T. The impact of cash transfers: A review of evidence from low- and middle-income countries. *Journal of Social Policy*, v. 48, n. 3, p. 569–594, 2019.

BECKER, G. S.; TOMES, N. Human capital and the rise and fall of families. *Journal of Labor Economics*, v. 4, n. 3, p. S1–S39, 1986.

BEDRAN-MARTINS, A. M.; LEMOS, M. C. Drought policies in the context of the Bolsa Família program in Northeast Brazil. *World Development Perspectives*, v. 7–8, p. 15–21, 2017.

BELLER, E.; HOUT, M. Welfare states and social mobility: How educational and social policies may affect cross-national differences in the association between origins and destinations. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 24, n. 4, p. 353–365, 2006.

BRASIL. Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2004b.

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2004a.

BRASIL. Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2018.

BRITTO, D.; FONSECA, A. A.; PINOTTI, P.; SAMPAIO, B.; WARWAR, L. Mobilidade intergeracional na terra da desigualdade. *BAFFI CAREFIN Research Paper*, n. 2022–186, 2022.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

CARD, D.; HYSLOP, D. Estimating the effects of a time-limited earnings subsidy for welfare-leavers. *Econometrica*, v. 73, n. 6, p. 1723–1770, 2005.

CHAY, K.; HOYNES, H.; HYSLOP, D. A nonexperimental analysis of true state dependence in monthly welfare participation sequences. In: *Proceedings of the American Statistical Association*, 1999.

CHETTY, R.; HENDREN, N.; KLINE, P.; SAEZ, E. Where is the land of opportunity? The geography of intergenerational mobility in the United States. *Quarterly Journal of Economics*, v. 129, n. 4, p. 1553–1623, 2014.

CORAK, M. Income inequality, equality of opportunity, and intergenerational mobility. *Journal of Economic Perspectives*, v. 27, n. 3, p. 79–102, 2013.

DAHL, G. B.; KOSTØL, A. R.; MOGSTAD, M. Family welfare cultures. *Quarterly Journal of Economics*, v. 129, n. 4, p. 1711–1752, 2014.

DE BRAUW, A.; GILLIGAN, D. O.; HODDINOTT, J.; ROY, S. The impact of Bolsa Família on schooling. *World Development*, v. 70, p. 303–316, 2015.

FIETZ, K. M.; FALCÃO SILVA, T.; STETA GANDARA, M. C.; MORGANDI, M. Balancing stability and transition: A first assessment of the Bolsa Família exit rule. *World Bank Policy Note*, n. 162843, 2021.

FISZBEIN, A.; SCHADY, N.; FERREIRA, F.; GROSH, M.; KELEHER, N.; OLINTO, P.; SKOUFIAS, E. *Conditional Cash Transfers: Reducing Present and Future Poverty*. Washington, DC: World Bank, 2009.

GERTLER, P. J.; MARTINEZ, S. W.; RUBIO-CODINA, M. Investing cash transfers to raise long-term living standards. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 4, n. 1, p. 164–192, 2012.

HECKMAN, J. Skill formation and the economics of investing in disadvantaged children. *Science*, v. 312, p. 1900–1902, 2006.

HECKMAN, J.; LANDERSØ, R. Lessons from Denmark about inequality and social mobility. *Labour Economics*, v. 77, 101999, 2022.

MEGHIR, C.; NARITA, R.; ROBIN, J.-M. Wages and informality in developing countries. *American Economic Review*, v. 105, n. 4, p. 1509–1546, 2015.

MILLÁN, T. M.; BARHAM, T.; MACOURS, K.; MALUCCIO, J. A.; STAMPINI, M. Long-term impacts of conditional cash transfers: Review of the evidence. *World Bank Research Observer*, v. 34, n. 1, p. 119–159, 2019.

MÜLLER, W. Mobility: Social. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. (ed.). *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. Oxford: Pergamon, 2001. p. 9918–9924.

NURKSE, R. *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*. New York: Oxford University Press, 1953.

OLIVEIRA, G. L.; CHAGAS, E. L. A. Efeitos de um programa de transferência de renda nos fluxos migratórios origem-destino. *Regional Science Policy and Practice*, v. 12, n. 1, p. 83–104, 2018.

OLIVEIRA, G. L.; CHAGAS, E. L. A. Efeitos de longo prazo das transferências condicionais de renda sobre crianças: o caso brasileiro. Relatório técnico. Universidade de São Paulo, 2020.

PAPKE, L. E.; WOOLDRIDGE, J. M. Econometric methods for fractional response variables with an application to 401(k) plan participation rates. *Journal of Applied Econometrics*, v. 11, n. 6, p. 619–632, 1996.

SANDBERG, J. Conditional cash transfers and social mobility: The role of asymmetric structures and segmentation processes. *Development and Change*, v. 43, n. 6, p. 1337–1359, 2012.

SOUZA, A. P. et al. Uma investigação sobre a focalização do Programa Bolsa Família e seus determinantes imediatos. *Economia Aplicada*, v. 22, n. 3, 2018.